

Universidade do Sul de Santa Catarina

Curso Superior de Tecnologia em

Segurança Pública



UnisulVirtual

Universidade do Sul de Santa Catarina

Curso Superior de Tecnologia em

Segurança Pública

Modalidade a distância

Manual do Curso

UnisuVirtual
Palhoça, 2015

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul

Reitor

Sebastião Salésio Herdt

Vice-Reitor

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Ensino, de Pesquisa e de Extensão

Mauri Luiz Heerd

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano Rodrigues Marcelino

Pró-Reitor de Operações e Serviços Acadêmicos

Valter Alves Schmitz Neto

Diretor do Campus Universitário de Tubarão

Heitor Wensing Júnior

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Diretor do Campus Universitário UnisulVirtual

Fabiano Ceretta

Campus Universitário UnisulVirtual

Diretor

Fabiano Ceretta

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços

Amanda Pizzolo *(coordenadora)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Educação, Humanidades e Artes

Felipe Felisbino *(coordenador)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Produção, Construção e Agroindústria

Anelise Leal Vieira Cubas *(coordenadora)*

Unidade de Articulação Acadêmica (UnA) – Saúde e Bem-estar Social

Aureo dos Santos *(coordenador)*

Gerente de Operações e Serviços Acadêmicos

Moacir Heerd

Gerente de Ensino, Pesquisa e Extensão

Roberto Iunskovski

Gerente de Desenho, Desenvolvimento e Produção de Recursos Didáticos

Márcia Loch

Gerente de Prospecção Mercadológica

Eliza Bianchini Dallanhol

Universidade do Sul de Santa Catarina

Curso Superior de Tecnologia em

Segurança Pública

Modalidade a distância

Manual do Curso

UnisuVirtual
Palhoça, 2015

**Copyright ©
UnisuVirtual 2015**

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Edição – Manual do Curso

Coordenação do Curso

Itamar Pedro Bevilaqua
Joel Irineu Lohn

Assistente Acadêmico

Eloisa M. Seemann

Projeto Gráfico e Capa

Equipe UnisuVirtual

Diagramação

Oberdan Piantino

Revisão Ortográfica

Diane Dal Mago

Sumário

1. Apresentação		7
1.1 O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública		9
1.1.1 Perfil do formado		11
1.2 Informações gerais		14
1.2.1 Objetivos geral e específicos		14
1.2.2 Público alvo		15
1.2.3 Duração do curso		15
1.2.4 Carga-horária		15
1.2.5 Reconhecimento		15
2. Organização Didático-Pedagógica		16
2.1 Concepções teórico-metodológicas		17
2.2 Estrutura curricular		25
2.3 Certificações		26
2.3.1 Quadro Geral das Certificações		26
2.3.2 Certificações Estruturantes		28
2.3.3 Certificações Complementares		38
2.3.4 Certificações Eletivas		44
2.4 Ciclo de Formação e Oferta		44
3. Avaliação		46
3.1 Processo de Avaliação		46
3.2 Sistema de Avaliação		46
4. Contato com a Unisul Virtual		47

1. Apresentação

Prezado(a) estudante,

A vida em sociedade, a par de proporcionar benefícios, também gera diversas fontes de conflitos. Muitos deles exteriorizados por atos de violência que, além de atingirem diretamente os envolvidos (agressor e vítima), refletem em todo o tecido social. Temos assistido, nos últimos anos, a um aumento exponencial de atos de violência e criminalidade, tais como: rebeliões, sequestros, homicídios, violência doméstica, crimes de corrupção etc., com graves violações à dignidade da pessoa humana, atingindo patamares inaceitáveis, colocando em risco a própria convivência. Isso tem provocado um clamor nacional no sentido de exigir dos diversos órgãos responsáveis pela Segurança Pública a reversão desse preocupante quadro.

Quando falamos da necessidade de uma pronta e eficaz reação social, referimo-nos a desenvolver esforços à compreensão das principais causas geradoras dos conflitos/ violência na sociedade, seus mecanismos e meios de exteriorização e, a partir daí, buscarmos formas para eliminá-los e/ou minorá-los.

Um dos caminhos passa, necessariamente, pelo aprimoramento profissional permanente das pessoas e entidades responsáveis, direta e indiretamente, pela Segurança Pública.

A finalidade dessa formação é justamente instrumentalizar tais operadores sociais com informações que lhes habilitem a melhor compreender nossa realidade e, assim, por meio de um “olhar” mais sistêmico, buscar meios eficazes para o cumprimento de suas missões institucionais.

O Curso se destina, sobretudo, a formar profissionais e habilitá-los a atuar em organizações vinculadas à segurança pública e privada, em que o conhecimento e os paradigmas modificam-se de forma dinâmica e constante, capacitando-os, também, à participação em concursos em que o grau de escolaridade superior seja exigido como requisito mínimo para o ingresso.

Neste contexto, o aprimoramento técnico-profissional dos integrantes das organizações de segurança pública e privada configura uma necessidade urgente, bem como se revela imprescindível para que tais profissionais se mantenham constantemente atualizados e habilitados ao gerenciamento das situações, as mais diversas, com que se deparam no seu complexo e delicado exercício funcional, cujos ambientes, forma e dimensões vêm adquirindo proporções de real ameaça à harmonia social.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública está estruturado em 4 (quatro) semestres, integrando conhecimentos relacionados à formação geral, jurídica, estratégica, gerencial e profissionalizante específica.

Uma das diferenças entre cursos presenciais oferecidos na área de segurança pública em relação ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública oferecido pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), é que este utilizará intensivamente as chamadas metodologias de autoaprendizagem, com seus respectivos instrumentos de avaliação acadêmica, que permeiam todo processo de ensino e aprendizagem centrado no aluno, ou seja, a autonomia passa a ser o elemento-chave dos programas de educação a distância, contando com o sistema de tutoria permanente para o acompanhamento e avaliação da aprendizagem.

Tendo isso em vista, a Unisul concebeu o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, utilizando a metodologia da educação a distância e aproveitando seus mais qualificados professores. O curso obedece às normas e às diretrizes curriculares fixadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, atendendo a todas as exigências legais.

Por ser na modalidade a distância, você tem a liberdade que precisa para aperfeiçoar seus conhecimentos, podendo estudar em casa, no escritório e no horário que melhor se encaixar no seu ritmo de vida. Outra grande vantagem é que você não precisa mudar de cidade ou deixar de trabalhar para poder estudar. Ainda economiza com passagens, hospedagens, alimentação, entre outros.

A experiência acumulada da UnisulVirtual – Unidade de educação a distância da Unisul – , combinada com ações internacionais e com as exigências do mercado educacional na capacitação de novos profissionais em educação a distância, conduz à proposta de implantação deste curso.

Assim, este manual contém informações quanto às normas e à organização do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.

Leia com atenção todo o manual para entender como será o seu percurso acadêmico. Tudo foi planejado para garantir o sucesso da sua aprendizagem.

Bem-vindo(a) ao Curso e à Unisul!

Equipe UnisulVirtual.

1.1 O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

A UNISUL se destaca como uma Universidade que desde a sua origem está orientada para o desenvolvimento econômico e social em todas as suas dimensões, níveis e áreas de abrangência, tendo participado no suporte ao planejamento estratégico das políticas públicas estaduais e municipais nas regiões onde está instalada. A integração comunitária, o desenvolvimento industrial e a ação social em atividades de filantropia e ações voltadas ao bem-estar do cidadão são uma marca permanente da UNISUL, caminhando, sempre, ao lado da formação universitária de excelência com debates e encaminhamentos.

Nos debates acadêmicos e públicos, as questões relativas à violência social e ao aumento da insegurança desse cidadão passaram a ocupar lugar de destaque também na Unisul. No rastro desse tema, fruto de debates mais amplos, deu-se também o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública, editado no ano de 2000, tendo como um de seus focos a capacitação profissional e o reaparelhamento das polícias em todo o Brasil.

Esse destaca que a qualificação e a valorização do profissional de segurança pública são pilares de qualquer programa consistente de redução da criminalidade. A evolução do crime exige constante aperfeiçoamento dos equipamentos e conhecimentos policiais. Por outro lado, o policial deve ser permanentemente capacitado para servir sua comunidade. É consenso, hoje, em todo o mundo que a eficiência da polícia está diretamente ligada a sua proximidade da população e ao grau de confiança alcançado junto à comunidade. Será essa a ênfase dos programas de capacitação na área de segurança pública.

Mais recentemente, em 2011, o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, ao discursar durante a cerimônia de abertura da primeira Sessão Legislativa ordinária, da 54.^a Legislatura do Congresso Nacional, realizada no dia 02 de março, propôs a assinatura do III Pacto Republicano que, entre outros compromissos e objetivos, propõe:

[...] a criação, em nosso território, possivelmente com apoio de organismos internacionais, de uma universidade multidisciplinar que tenha por objeto a segurança pública e o desenvolvimento social. Seu propósito magno é o de gerar massa de reflexões acadêmicas para abrir perspectivas de ação no combate à criminalidade e à pobreza, com os recursos de diferentes áreas de especialização [...].

Neste contexto de inquietação pública em relação à crescente onda de violência e à sensação alarmante de insegurança e de medo que assola a população, a UNISUL não poderia se furtar do seu dever social de contribuir com sua experiência na área de educação para a formação multidisciplinar do profissional agente de segurança pública, mormente se considerarmos que a Segurança Pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, nos termos do artigo 144, da Constituição Federal.

Vale lembrar, no rastro dessa premissa, a MISSÃO da UNISUL, que está comprometida com uma educação inovadora, com a qualidade em suas funções e serviços de ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos e contribuir com o desenvolvimento regional sustentável para atender aos preceitos constitucionais, de proteção e defesa do cidadão, considerando seus direitos em seus respectivos contextos e locais.

A Unisul, nestes últimos 15 (quinze) anos, sempre esteve atenta às preocupações da sociedade brasileira com questões que envolvem a segurança pública, e buscou priorizar também essa área de estudo/atuação como um de seus focos estratégicos de ação, com projetos de extensão para atendimentos das necessidades prioritárias do cidadão.

Fruto de tais ações, podemos mencionar uma parceria com excelentes resultados com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, com a Secretaria de Justiça do Estado de Santa Catarina e, em particular, com as Polícias Civil e Militar de nosso Estado, por meio da criação dos cursos de pós-graduação e de capacitação em segurança pública, com uma interação virtuosa do pensamento científico, da academia universitária, com a formação policial ou militar.

Desde o ano de 1995, a Unisul atua em parceria na elaboração de projetos de cursos na realização de pesquisas em segurança pública e, a partir do ano de 1998, a Universidade oferta junto com a Polícia Militar de Santa Catarina e com a Secretaria de Segurança Pública Cursos de Pós-Graduação a seus oficiais e convidados, com periodicidade de ofertas anuais. Merece destaque também a participação da Unisul no Projeto Ômega, pelo qual a universidade, em 2004, passou a atender à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, com oferta de programa de aperfeiçoamento a distância, orientado para necessidade específica da Divisão de Inteligência Policial e da DTI, Divisão de Tecnologia da Informação daquele Estado.

A Unisul atuou no curso de inteligência policial on-line para qualificar, pela modalidade da educação a distância - com uso da Internet, de material impresso e de encontros presenciais, cerca de 500 delegados da polícia paulista, a fim de adquirir usabilidade em softwares avançados.

Resultado de todo esse esforço surge no ano de 2005, no campus de educação a distância da Unisul, o primeiro Curso de Graduação em Gestão e Segurança Pública (nível tecnólogo), com uma proposta pedagógica avançada, inovadora, e em consonância com as diretrizes da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), atingindo, com tal metodologia, todos os quadrantes de nosso continental País, sedimentando a boa relação da Universidade com os órgãos de segurança pública e os da sociedade civil relacionados ao tema.

Desse modo, a rotina da oferta do curso se justifica por sua proposta de proporcionar aos estudantes conhecimentos multidisciplinares e integradores que favoreçam o desenvolvimento de competências intelectuais, organizacionais, metodológicas, sociais, comportamentais e políticas que os conduzam a uma visão integrada e sistêmica das ciências jurídicas e sociais, proporcionando a elaboração de pesquisas científicas na área de segurança pública e propiciando uma atuação profissional capaz de provocar mudança, já que o quadro que se apresenta não tem sido considerado satisfatório.

Por todo esse contexto, a UNISUL concebeu o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, em nível de Educação Profissional Tecnológica, dotando-o de um conteúdo consistente e de uma visão atualizada das melhores lições e práticas profissionais ligadas à segurança pública, com um qualificado corpo docente para oferecer, além de uma formação ao profissional em serviço, uma contribuição à sociedade de proteção e defesa dos direitos de segurança e bem-estar.

1.1.1 Perfil do formado

Com base nas novas exigências de profissionalização, ocasionadas pelas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e da sociedade, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública, com base nos parâmetros curriculares da área de segurança, adota uma proposta de formação como solução indicada para o desenvolvimento de competências profissionais que atualmente são exigidas dos profissionais dessa área específica.

Trata-se da qualificação multidisciplinar do profissional, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como: da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas), objetivando atingir uma aprendizagem significativa, que possibilite a construção de novos saberes, visando à construção de habilidades próprias do perfil do profissional de segurança pública.

A qualificação real dos profissionais é muito mais difícil de ser observada e constitui-se mais no saber ser do que no saber fazer. O conjunto de competências será desenvolvido ao longo do curso por meio da articulação dos vários saberes oriundos de várias esferas (formais, informais, teóricos, práticos, tácitos) para auxiliar na resolução de problemas e no enfrentamento de situações de imprevisibilidade. Essa qualificação está assegurada por meio de um Projeto Pedagógico que vem contribuir para a gestão das organizações, da sociedade, dos indivíduos e dos grupos.

De acordo com o perfil que consta no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (versão 2010), o profissional de segurança pública deve estar preparado para atuar nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais, no âmbito do sistema de segurança pública, fundamentado nos princípios da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz, em relação às atividades de prevenção e enfrentamento das conflitualidades contemporâneas.

Segundo as Diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC (2010), o exercício profissional exige visão sistêmica, identificação das características, necessidades e desafios da sociedade contemporânea, formulação das políticas públicas voltadas para a compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e das relações entre as pessoas. Envolve o domínio de dispositivos administrativos, penais e processuais penais referentes às ações de segurança pública; conhecimentos que possibilitem a compreensão das teorias e abordagens sociopsicológicas; técnicas, tecnologias e estratégias relacionadas às áreas de atuação; habilidades pessoais para lidar com a complexidade das situações, o risco e a incerteza.

Para tanto, o profissional formado pelo curso deverá apresentar, em termos gerais, as seguintes **habilidades**:

- Capacidade de se relacionar e de liderança: ser capaz de estabelecer e gerir relacionamentos entre pessoas e áreas de conhecimento, e de trabalhar com equipes na busca de resultados organizacionais, e ainda ser capaz de estimular, orientar, conduzir e delegar poderes a pessoas para objetivos negociados.
- Valorização da busca do conhecimento: compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão de forma permanente.
- Iniciativa e postura pró-ativa: ser capaz de, sem orientação ou estruturação prévia, propor soluções ou empreender ações, no momento e com condutas adequadas, antecipadamente.

- Flexibilidade e criatividade: adaptabilidade para lidar com as mudanças rápidas no ambiente e nos processos. E ser capaz de inventar, de perceber, idealizar e propor soluções e ações que conduzam à inovação.
- Postura ética, senso de responsabilidade social e de justiça: consciência pelo impacto das ações individuais e das organizações no ambiente e na vida das pessoas e a conduta adequada na tomada de decisão e, ainda, ter conduta que respeita os valores definidos pela organização e pela sociedade.
- Capacidade de analisar contextos e cenários: domínio dos recursos que caracterizam a organização e a capacidade de desenvolver ações e interpretar cenários que possam vir a afetar, direta ou indiretamente, o seu desempenho, tendo também a capacidade de estabelecer relações e conexões nos diferentes contextos organizacionais e societários.
- Capacidade de planejar, gerir pessoas e recursos: capacidade de influenciar, estimular e mobilizar positivamente as pessoas para o alcance de objetivos e para dispor e otimizar recursos, planejando ações de modo estruturado, definindo rumos antecipadamente, com foco na gestão por resultados.
- Capacidade de tomada de decisão e de negociação, ser capaz de avaliar riscos e escolher soluções adequadas, observando sua implementação, assumindo responsabilidade pelas consequências e resultados. Saber interagir com as partes envolvidas no processo, na busca de compromisso entre ideias, propósitos ou interesses, visando ao alcance dos melhores resultados possíveis.
- Capacidade de comunicação: capacidade de expressar-se, no próprio idioma e em outros, na forma oral, escrita e não verbal, com clareza e objetividade, utilizando-se dos diversos meios disponíveis, eliminando as distorções ou ruídos no processo.

Com base nas competências gerais e as habilidades, o Curso Superior de tecnologia em Segurança Pública desenvolverá as diversas possibilidades de atuação profissional, uma ou mais atividades da área de segurança pública relacionadas à: segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa. O perfil profissional do formado no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública pode ser sintetizado como sendo de um profissional tecnicamente habilitado e consciente da relevância de sua função, portanto, apto a contribuir com a redução da violência social.

1.2 Informações gerais

1.2.1 Objetivos geral e específicos

Objetivo Geral

Favorecer a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, de participação profissional, social e política sob a perspectiva de um Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, ética, respeito à lei, promoção e proteção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância, de discriminação e de violência.

Objetivos Específicos

- Favorecer a construção de conhecimentos e domínio na utilização dos diferentes instrumentos e técnicas de gestão de segurança pública no dia a dia, assim como o domínio no uso das novas tecnologias para desempenho proficiente de sua missão como profissional de segurança.
- Construir senso de autocrítica e ética, de modo a adotar práticas e comportamentos coerentes à construção de uma conduta profissional responsável, no âmbito das organizações de segurança pública.
- Favorecer condições e conhecimentos necessários à elaboração e execução de planos de desenvolvimento, visando à melhoria da qualidade de vida e à sustentabilidade das organizações de segurança pública.
- Desenvolver uma visão estratégica de administração na definição de projetos e políticas voltadas ao atendimento dos interesses do cidadão e das organizações de segurança pública.
- Desenvolver o uso de diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e reafirmar conhecimentos interdisciplinares sobre a realidade e situações que requerem atuação efetiva do profissional nas instituições de segurança pública.
- Propiciar o desenvolvimento de um sentido de formação permanente face às características estruturais e conjunturais da realidade e diversidade sociocultural, dos modelos de gestão, tendo como foco a valorização e o respeito do cidadão, a fim de contribuir com a melhoria da qualidade de vida social, institucional e individual.
- Favorecer a construção de uma visão sistêmica no desenvolvimento de políticas e ações na área da segurança, conjugando-as com políticas de desenvolvimento social, ética e cidadã.

- Contribuir para o desenvolvimento competências que envolvem capacidades de liderança, de negociação, de trabalho em equipe, de inovação, de comunicação, de organização para a otimização dos recursos e políticas públicas voltadas ao serviço e proteção do cidadão.
- Possibilitar o aperfeiçoamento de práticas de gestão integrada de segurança pública, visando a assegurar níveis de eficiência e de legitimidade face às necessidades e transformações no âmbito interno e externo das organizações, em prol da prevenção e da defesa dos direitos do cidadão, em todos os contextos e esferas.

1.2.2 Público alvo

Gestores e agentes federais, estaduais e municipais, de políticas públicas e privadas, de prevenção ou de combate à violência social, integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e Estadual, das Polícias Civis, das Polícias Militares, das Guardas Municipais, das empresas de Segurança Privada, além de outras pessoas interessadas nas questões pertinentes à defesa do cidadão, como Magistrados, Promotores de Justiça, Advogados, Professores, Sociólogos etc.

1.2.3 Duração do curso

O tempo previsto para a duração do curso é de dois anos, com intervalo de férias em janeiro e julho.

1.2.4 Carga-horária

A carga horária deste curso é de 1620 horas.

1.2.5 Reconhecimento

Criação: Resolução CÂM-GES nº 14, de 07/07/2005.

Autorização: Decreto nº 3.456, de 31/08/2005, publicado no D.O.E-SC nº 17.713, de 31/08/2005.

Reconhecimento: Decreto nº 1.550 de 23/07/2008, publicado no D.O.E-SC nº 18.408, de 23/07/2008.

Alteração de Nomenclatura: Resolução CONSUN nº 130, de 23/03/2011.

Renovação de Reconhecimento: Decreto nº 2.125, de 03/04/2014, publicado no D.O.E-SC nº 19.792, de 04/04/2014.

2. Organização Didático-Pedagógica

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional (UNISUL, 2010), com as Diretrizes Acadêmicas Institucionais (UNISUL, 2011) e o Projeto Acadêmico da UnA Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços (UNISUL, 2011), a organização didático-pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública adota a concepção de educação permanente, sob uma visão sistêmica, consideradas as dimensões éticas, socioculturais e científico-tecnológicas, por meio de organização curricular por competências, que permite a flexibilidade e a inovação. Nessa perspectiva, favorece a interdisciplinaridade e valoriza atividades formativas que integram e articulam ensino, pesquisa e extensão.

Essa visão potencializa a formação por competências nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito da segurança Pública, fundamentadas na cidadania e direitos humanos, como apresenta o Projeto Pedagógico Institucional da universidade, cujos princípios filosóficos e metodológicos (UNISUL, 2010, p. 23) formam a base que norteia suas ações formativas e científicas do percurso acadêmico.

Esses são princípios gerais que servem de parâmetros para construir modos de pensar a agir integrados e coerentes com o que se espera dos futuros profissionais na área de segurança pública. Nesse aspecto, pode-se afirmar que o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública contempla, em seu projeto pedagógico, os três campos de competências: cognitivas, atitudinais e operativas, delineando os eixos pedagógicos, com conteúdos de formação social, científica e humanística, em sintonia direta com o pensamento filosófico da Instituição, seguindo os parâmetros expressos nas diretrizes gerais de formação superior, com linhas formativas voltadas à valorização da cidadania, da ética e da diversidade cultural dos diferentes grupos sociais étnicos, grupos vulneráveis e minorias.

Essas políticas atendem também as diretrizes do Projeto de Segurança Pública para o Brasil editado em 2003, onde transparece a preocupação com os aspectos educacionais, humanos e éticos. Esse ressalta a importância da educação permanente para a eficiência da atuação dos profissionais no seu campo de ação, e declara que o instrumento fundamental para a modificação das polícias brasileiras é a educação, tanto a regular, nos cursos das academias, quanto a permanente, traduzida pela educação continuada que se perfaz pelos treinamentos, seminários ou outros instrumentos pedagógicos (BRASIL, 2003).

O servidor da segurança que não é estimulado, qualificado e não estiver em constante atualização perde seu interesse profissional, pode cair na apatia e não considerar a importância e significado da sua função. De igual forma, ao fazer a

apresentação dos Planos Estaduais de Segurança Pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública incluiu, entre os objetivos estratégicos a serem atingidos, valorizar as polícias e os policiais, qualificando-os e levando-os a recuperar a confiança popular e reduzindo o risco de vida a que estão submetidos.

Essas ações exigem planejamento, execução e avaliação das práticas para que profissionais e instituições possam, com seus projetos e ações, compartilhar o mesmo sentimento: o do investimento em ações formativas tidas como fundamentais não só para a qualificação pessoal e profissional, mas também para o alcance de resultados positivos na melhoria da qualidade de vida, diminuição da violência, aumento da segurança e aperfeiçoamento das ações institucionais que compõem o Sistema de Segurança Pública frente aos desafios e às demandas da sociedade.

Sob essas premissas educacionais, assentam-se os critérios de elaboração deste projeto, que propõem uma organização curricular de integração e articulação das áreas de conhecimento e unidades de aprendizagem, das práticas de ensino, pesquisa e extensão, gerando imensas possibilidades educacionais e educativas que favorecem uma formação integral dos nossos estudantes - futuros profissionais da segurança pública.

As estratégias didáticas, conseqüentemente, consideram as múltiplas formas de aprendizagem e os diferentes estágios de conhecimento, buscando na interdisciplinaridade e na abordagem relacional das áreas, os subsídios para a construção das competências necessárias à essa formação. Dessa maneira, a atuação do estudante no processo de ensino-aprendizagem se diversifica e se intensifica, caracterizando-se como trabalho discente efetivo e integrado, do mesmo modo que a atuação do professor não estará centrada em si mesma, mas na construção do conhecimento compartilhado e ressignificado.

Nesse sentido, o processo de ensino envolve a pesquisa e a extensão, de modo a promover no estudante a autonomia em relação à gestão da própria aprendizagem e a responsabilidade quanto aos conhecimentos construídos e um processo de avaliação contínuo na perspectiva formativa.

2.1 Concepções teórico-metodológicas

A Universidade como instituição histórica, consolidou-se como espaço social de desenvolvimento humano e científico. Um *locus* caracterizado pelo pluralismo e o livre fluxo de ideias, pela integração de seus níveis e modalidades de ensino e pela flexibilidade em sua estrutura organizacional, de modo a estar presente ao longo da vida daqueles que com ela constroem seus itinerários. (UNISUL, 2010, p. 27).

Nesse sentido, as competências são construídas com todos os seus processos de apropriação, pois incluem informações e representações da realidade, no desenvolvimento de experiências e saberes construídos e vivenciados durante toda a formação escolar ou em situações informais de vivência. Essa conjunção de saberes e experiências consolidam um conjunto de conhecimentos cognitivos, estéticos, ético-morais, humanos e produtivos próprios da formação humana e sistematizados em situações acadêmicas.

Tal concepção alicerça o planejamento institucional, cujo pilar é a educação permanente, conforme se lê no Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência Humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizativos da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Na Universidade do Sul de Santa Catarina, a UnA (Unidade de Articulação Acadêmica) é um espaço de articulação e integração acadêmica, dando sentido ao conceito de educação permanente. Estruturada em áreas de conhecimento e unidades de aprendizagem, abrangendo os diferentes níveis e modalidades, ela tem a finalidade de qualificar e dar sustentabilidade a ações de ensino, pesquisa e extensão (UNISUL, 2010).

Partindo dessas Diretrizes, o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública tem como proposta formar tecnólogos com competências e habilidades para planejar, executar, gerenciar, organizar e controlar as atividades de segurança (prevenção e controle) relacionadas ao seu ambiente de trabalho, quer no ambiente público como no privado, contribuindo, assim, de forma efetiva e dinâmica para atingir os fins da formação nos preceitos citados anteriormente.

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública adota concepções teórico-metodológicas alinhadas com o Projeto Pedagógico Institucional (UNISUL, 2010), com as Diretrizes Acadêmicas Institucionais (UNISUL, 2011) e o Projeto Acadêmico da UnA Ciências Sociais, Direito, Negócios e Serviços (UNISUL, 2011), o qual possui como base teórico-metodológica a educação permanente. A estruturação das Unidades de Articulação Acadêmica possui uma organização que possibilita a criação de um ambiente favorável de aprendizagem e um lugar epistemológico para lidar com a complexidade inerente à articulação de múltiplos saberes, à valorização das competências, à desfragmentação do conhecimento, à flexibilização e à mobilidade acadêmica, aos novos espaços de aprendizagem que se organizam. (Op.cit. 2011, p. 16).

Nesse âmbito, o processo ensino-aprendizagem por competências visa a uma formação dinâmica e contextualizada, significativa para o acadêmico, profissional e cidadão, porque se o ensino, a pesquisa e a extensão são desenvolvidos

de forma articulada e integrada, aproximam a teoria e a prática por meio de atividades formativas. Nos diferentes ambientes de aprendizagem, que abrigam as atividades formativas, estará a constante sintonia entre a teoria, a experiência e experimentação acadêmica e a realidade vivida. Segundo as premissas do Projeto da Una Ciências Sociais, Direitos, Negócios e Serviços, o desenvolvimento de competências permite a proposição de soluções para problemas sociais e a criação de oportunidades e de desenvolvimento sustentável. (op.cit. UNISUL, 2011, p. 12).

Nesse sentido, a avaliação por competências também procura superar a avaliação tradicional, marcada pela fragmentação da teoria e prática, ou descontextualizada em relação à dinâmica do mundo do trabalho, da ciência e da cultura. Sobretudo, cabe salientar que se a avaliação for entendida como um momento de aprendizagem sob uma perspectiva processual, formativa e de aprimoramento contínuo - a formação fará sentido para o estudante.

Nessa mesma direção, o currículo se atualiza em função de movimento contínuo e necessário entre a academia e a sociedade, em busca da produção, socialização e aplicação do conhecimento, possibilitando diferentes itinerários e uma formação interdisciplinar e plural.

As ações didático-pedagógicas estarão centradas na estimulação à criatividade dos estudantes, procurando favorecer o raciocínio analítico e o estímulo à capacidade de análise, elaboração e síntese. Compete ao professor, nesse sentido, identificar no contexto do currículo e da aula as necessidades próprias dos estudantes, acompanhando o seu percurso formativo, levantando situações propícias à aprendizagem, com atitudes interdisciplinares de ensino. Em se tratando de um Curso de graduação, cabe ao professor, também, planejar situações que potencializem as capacidades para desenvolver as diferentes formas de pensar e de agir coerentemente, propondo possibilidades de problematização da teoria e da prática, considerando as situações inerentes e presentes no processo de profissionalização para a construção de uma identidade profissional, igualmente, sólida.

Esse tipo de encaminhamento didático-pedagógico traz implícita a concepção de educação para a construção crítica do pensamento e de autonomia, competências requeridas dos profissionais para a sociedade do século XXI, em qualquer área de atuação, mormente aos profissionais da segurança pública.

Nesse sentido, para construção das competências requeridas para esse profissional, exige-se, também, o planejamento de uma estrutura de ensino e de aprendizagem composta de fundamentos, práticas e avaliação coerentes definidas nas certificações do curso e que serão favorecedoras de uma formação integral do estudante, alicerçadas sob as premissas de um aprendizado e aperfeiçoamento contínuos.

Assim, entende-se que as práticas pedagógicas centradas na ação do estudante, consideradas as variáveis socioculturais implicam, necessariamente, parâmetros que levem em conta a seguinte relação:

- a. teórico-epistemológica: uma concepção de ensino-aprendizagem que contemple a efetiva interação do sujeito com o objeto do conhecimento, mediada por diferentes instrumentos e ferramentas, tendo o professor como mediador e não como transmissor de conteúdo ou informação. Ao estudante caberá a construção do conhecimento, atuando como agente ativo e corresponsável pelo processo educativo, com a consciência de que a qualidade do curso não depende somente da infraestrutura física, de recursos humanos, tecnológicos e de materiais, mas, principalmente, do compromisso e da motivação que esse terá no curso no seu processo de formação.
- b. didático-pedagógica: centrada na construção de situações de ensino e aprendizagem inclusivas e plurais, procurando exercitar o pensamento crítico e autônomo e a capacidade de realização de atividades colaborativas. Cabe ao professor, nesta abordagem, planejar situações potencialmente capazes de desenvolver as formas de pensar do sujeito, com vistas às possibilidades reais de problematização do objeto e dos fenômenos estudados de forma crítica e reflexiva. Esse tipo de encaminhamento didático-pedagógico favorece a construção de competências para a formação de um sujeito contextualizado com as mudanças sociais, que devem ser lidas e decodificadas de acordo com cada realidade singular.

De acordo com a concepção de competências, conhecimento, de ciência e de educação adotadas pelo Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, o professor terá de motivar os estudantes a desenvolver a capacidade de construir o seu conhecimento, preparando-o para a imprevisibilidade, a inventividade, o empreendedorismo e a capacidade de resolução de situações problemáticas. Assim, o professor assume o papel de coordenador, orientador, integrador, problematizador do processo de aprendizagem, auxiliando e orientando os acadêmicos a construírem conhecimentos significativos para a vida. Nessa perspectiva, o professor será muito mais do que um mero instrumento meio para alcançar o conhecimento, diante do estudante que é o sujeito da sua própria formação.

O estudante precisa ser capaz de construir e reconstruir o conhecimento, a partir do que faz e reflete. O professor também passa a ser um aprendiz permanente, um construtor de sentido, um cooperador e, sobretudo, um organizador da aprendizagem (GADOTTI, 2007) Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido. Cabe ao professor desafiar, estimular, auxiliar o estudante na construção relacional com o objeto de aprendizagem, ajudando-o a tomar consciência das necessidades socialmente existentes em uma formação universitária. Isso será possível num clima favorável de interação, de abertura, de questionamento, que se dá pela problematização e articulação de saberes e experiências.

- c. articulação teoria e prática: de modo a possibilitar o estabelecimento de relações contextuais entre academia-sociedade-atividade, por meio de um processo de formação, cujo eixo seja o aprender a aprender com vistas ao desenvolvimento de competências para o exercício profissional. Essa perspectiva visa à formação para construção de alternativas convergentes com as necessidades postas pela conjuntura socioinstitucional, preparando o acadêmico para enfrentar os desafios inerentes à função do profissional de segurança, pois esse deve ser capaz de se manter em um processo permanente de aprendizado e atualização, em uma sociedade que é dinâmica e transitória.
- d. avaliação processual e formativa: que contemple os diferentes perfis de estudantes, seus contextos de desenvolvimento e que orientam a construção das competências. Ela não é hierárquica, normativa e classificatória, pois pressupõe uma pedagogia diferenciada e inclusiva. Uma avaliação dessa natureza contrapõe-se à realização de provas avulsas e descoladas da realidade, que testem tão somente conhecimentos teóricos. A avaliação formativa requer o redimensionamento do currículo, das atividades pedagógicas para os objetivos e que possa efetivamente contribuir para a construção das competências desejadas. Essa forma de avaliar estará inteiramente integrada ao contexto, ao processo e deverá compreender a dimensão social e histórica dos sujeitos. Desse modo, os instrumentos de avaliação atendem às necessidades de formação dos profissionais para torná-los capazes de autogerir seu aprendizado fortalecendo atitudes e valores.

- e. recursos didáticos significativos: na modalidade a distância, o desenvolvimento de material didático como livros impressos, digitais, web aulas, objetos multimidiáticos e outros fundamentam-se a partir das supracitadas concepções e teorias pedagógicas, tendo presentes os avanços da informática e a dinâmica da sociedade. Os materiais têm características instrucionais e possuem formatos específicos e adequados às áreas profissionais especialmente preparadas para atuar na sua produção, implementação e publicação. Para que ocorra a sistematização qualitativa na produção de materiais didáticos e o uso intensivo dos materiais produzidos, o corpo docente também é incentivado, por meio de políticas de gestão, e alicerçado em projetos de pesquisa e extensão. O material pedagógico encontra seu verdadeiro valor quando colocado em uso e inserido num processo avaliativo contínuo, com o objetivo de nortear as mudanças necessárias a sua adequação e inovação. (Projeto Pedagógico Institucional. UNISUL, 2010, p. 43-45).

Nesse sentido, para cumprir os objetivos a que se propõe, a Unisul Virtual segue os Referenciais de Qualidade da EaD do MEC (versão 2007), que norteiam não só a produção de materiais didáticos impressos, os recursos multimídia, como também as atividades relacionadas a todo o serviço educacional oferecido pela instituição, propondo as bases para a implementação curricular e formativa integrada.

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, realizado a distância, o estudante tem à disposição:

- O Polo de Apoio Presencial: local em que o estudante tem à sua disposição um Tutor Presencial e toda a infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos seus estudos. Os polos seguem os padrões de infraestrutura recomendados pelo MEC, de forma a possibilitar o apoio acadêmico, o suporte técnico, auxílio na interação com os professores, para o desenvolvimento das suas atividades. Esse também é um local em que o estudante realiza a prova presencial.
- O material didático: é produzido por uma equipe multidisciplinar, por um docente especialista na área, de forma a proporcionar a interação entre conteúdo, estudante e conhecimento. Busca articular a teoria e a prática, estimulando o estudo, a produção individual, o trabalho colaborativo e em rede. Propõe atividades problematizadoras, de pesquisa e extensão, como base da formação, que são mediadas pelos professores no desenvolvimento das atividades em ambientes específicos. O material didático é composto pelo livro impresso, livro digital, material de leitura complementar, web aulas gravadas e outros.

- O ambiente de aprendizagem: dispõe de ferramentas para gestão do conhecimento e construção de competências, propondo interações síncronas e assíncronas, com o intuito de promover a democratização da informação, socialização do conhecimento e prática de pesquisa e extensão. As atividades didáticas são desenvolvidas utilizando ferramentas que possibilitam trabalho cooperativo e aprendizagem colaborativa, favorecendo o atendimento das necessidades dos docentes e interesses dos estudantes. Neste espaço, são disponibilizados os materiais didáticos, são realizadas as Webconferências, as atividades de aprendizagem e toda a relação ensino-aprendizagem entre professor e estudante.

Aliado a toda essa estrutura didático-pedagógica e técnica, a concepção por competências potencializa nos estudantes a motivação para que eles construam o seu perfil profissional sobre o objeto estudado, de modo que a problematização gere a aplicação no cotidiano da prática, otimizando uma formação integral e permanente, preparando profissionais ativos, capazes de identificar e resolver problemas, de trabalhar em equipe e com uma visão crítica de futuro.

Atendendo ao Projeto Pedagógico Institucional (UNISUL, 2010), sob a orientação do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, para o perfil exigido, o Curso Superior de Segurança Pública se organiza sob um conjunto de certificações estruturantes, complementares e eletivas, que integram uma dimensão interdisciplinar e contextualizada de ensino, pesquisa e de extensão, de modo que o estudante esteja apto a exercer sua profissão com competências e habilidades necessárias à sua área de atuação.

Para Paulo Freire (2008), a interdisciplinaridade visa a garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para isso, integrar conteúdos não é o suficiente. É preciso uma atitude e postura interdisciplinar, ou seja, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento. Ressalta ainda que os projetos de interdisciplinaridade se baseiam em alguns princípios, tais como:

- na noção de tempo: o estudante não tem tempo certo para aprender. Não existe data marcada para aprender. Ele aprende a toda hora e não apenas na sala de aula;
- na crença de que é o indivíduo que aprende. Então, é preciso ensinar o indivíduo a aprender, a estudar, a pesquisar, a analisar e não a um coletivo amorfo. Portanto, uma relação direta e pessoal com a aquisição do saber;

- embora apreendido individualmente, o conhecimento é uma totalidade. O todo é formado pelas partes, mas não é apenas a soma das partes. É maior que as partes;
- os estudantes aprendem quando têm um projeto de vida e o conteúdo do ensino é significativo para eles no interior desse projeto. Aprendemos quando nos envolvemos com emoção e razão no processo de reprodução e criação do conhecimento. A biografia do estudante é, portanto, a base do seu projeto de vida e de aquisição do conhecimento e de atitudes novas, se construído sob a perspectiva interdisciplinar.

De acordo com o educador Paulo Freire (2008), a metodologia do trabalho interdisciplinar implica:

- integração de conteúdos;
- passar de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do conhecimento.
- superar a dicotomia entre ensino e pesquisa, considerando o estudo e a pesquisa, a partir da contribuição das diversas ciências.
- ensino-aprendizagem centrado numa visão de que aprendemos ao longo de toda a vida.

Nesse sentido, trabalha-se com os estudantes a perspectiva de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção. Ensinar inexistente sem aprender, e vice versa. Foi aprendendo socialmente, que historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Segundo Freire (1996), aprendemos porque precisamos do outro, fazemos na relação com o outro, mediados pelo mundo, pela realidade em que vivemos.

As trocas que ocorrem entre professor e estudantes devem favorecer a construção e a reconstrução do saber e de competências necessárias. Nesse sentido, para que o processo de ensino e de aprendizagem se efetive, tanto o professor como o estudante do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública devem buscar, conjuntamente, nos processos de ensinar, de aprender, de aprender a aprender, aprender a conhecer, saber conviver, as possibilidades para ser, ou seja, tornar-se uma pessoa capaz de se relacionar, de interagir e contribuir na construção de um espaço melhor para se vir. O acadêmico precisa ser desafiado a buscar, a interpretar as informações e a utilizá-las adequadamente, e isso precisa predisposição e humildade diante do outro e dos saberes.

No desenvolvimento deste projeto formativo baseado em competências, leva-se em conta não só os referenciais externos (normativos e legais) e o Projeto Político Pedagógico da Instituição, mas também as experiências da equipe docente, com suas formações e atividades que, na implementação do projeto educativo, auxiliam na concretização da concepção de educação e do currículo, na efetivação do processo democrático de ensino e aprendizagem, por meio dos diversos recursos e sistemas de Comunicação, na mediação e complementação dos materiais didáticos para atender as necessidades da formação.

A equipe multidisciplinar atua no apoio das atividades técnicas e pedagógicas e no apoio ao sistema de avaliação, integrando as políticas internas e externas de avaliação e regulação do curso. Em síntese, podemos dizer que todos os elementos citados constituem um sistema integrado em que atuam os recursos tecnológicos, administrativos e humanos, compreendendo, na estrutura em questão, uma premissa para uma gestão sistêmica e por competências, para uma formação consistente e útil para a vida do acadêmico.

2.2 Estrutura curricular

Os projetos das certificações estruturantes e complementares contemplam uma organização por competências e atendem às Diretrizes Curriculares do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Segurança Pública. Neste Projeto, são definidas 5 (cinco) áreas de abrangência para as diretrizes do curso, nas quais estão inseridas as certificações a seguir:

1. Fundamentos e princípios dos direitos humanos e cidadania e políticas públicas voltadas à compreensão da vida nas cidades, comunidades e das relações entre as pessoas. Defesa, proteção ao meio ambiente, do patrimônio histórico e consumidor.
2. Segurança e ordem pública: segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica, investigação e desafios da sociedade contemporânea.
3. Gestão estratégica, planejamento e análise de ações de segurança pública.
4. Técnicas operacionais, tecnologia e gestão integrada e sistêmica de segurança pública e abordagens sociopsicológicas.
5. Fundamentos e domínio dos dispositivos administrativos e penais e processuais do âmbito da segurança pública.

As certificações estruturantes são de realização obrigatória para os acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, e possuem 1080 horas de carga horária. As certificações complementares atuam na complementaridade dos saberes necessários à formação do profissional de segurança pública e à construção de competências para atuação na área. Essas englobam uma carga horária de 480 horas. E, por último, 60 horas completam a carga horária total das certificações do projeto e se refere a certificações eletivas, que são de livre escolha dos estudantes e, geralmente, destinam-se a completar a formação em áreas em que são necessários conhecimentos adicionais e auxiliam no aperfeiçoamento da formação integral.

Observa-se, enfim, que a pesquisa e a extensão perpassam toda a estrutura curricular, inserindo-se nas certificações.

Certificações Estruturantes: 1020 horas

Certificações Complementares: 540 horas

Certificações Eletivas: 60 horas

Certificações Específicas: 0 horas

2.3 Certificações

2.3.1 Quadro Geral das Certificações

CERTIFICAÇÃO	NOME DA CERTIFICAÇÃO	C/H CERT	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM	C/H DA UA
Estruturante	FUNDAMENTOS DA SEGURANÇA E GESTÃO PÚBLICA	180	Introdução ao Estudo da Segurança Pública	60
			Administração Pública Gerencial	60
			Ciência Criminal	60
Estruturante	GESTÃO ESTRATÉGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA	120	Gestão Estratégica na Segurança Pública	60
			Elaboração e Análise de Projetos	60
Estruturante	GERENCIAMENTO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS	120	Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	60
			Psicologia nas Instituições Jurídicas	60
Estruturante	FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO JURÍDICO APLICADO À SEGURANÇA PÚBLICA	120	Noções de Direito Penal, Constitucional e Administrativo	60
			Noções de Direito Processual Penal	60

CERTIFICAÇÃO	NOME DA CERTIFICAÇÃO	C/H CERT	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM	C/H DA UA
Estruturante	POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA CIDADÃ	120	Direitos da Criança e do Adolescente, Idosos e Grupos Vulneráveis e Minorias Étnicas	120
Estruturante	SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA	120	Polícia Comunitária e Segurança Pública	60
			Toxicologia e Segurança Pública	60
Estruturante	ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA	60	Inteligência e Segurança Pública	60
Estruturante	CRIMINALÍSTICA E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	60	Criminalística e Investigação Criminal	60
Estruturante	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	60	Direitos Humanos e Cidadania	60
Estruturante	GESTÃO INTEGRADA E SEGURANÇA PÚBLICA PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO À VIOLÊNCIA	60	Gestão da Prevenção e Repressão à Violência	60
Complementar	COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E FORMAÇÃO TÉCNICA EM REDAÇÃO OFICIAL	60	Língua Portuguesa e Redação Oficial	60
Complementar	SUORTE DA VIDA	60	Suporte Básico da Vida	60
Complementar	ANÁLISE E GESTÃO DE CENÁRIOS DE RISCO	60	Análise e Gestão de Risco	60
Complementar	TECNOLOGIAS E SEGURANÇA PÚBLICA	60	Tecnologias Aplicadas à Segurança Pública	60
Complementar	SEGURANÇA PÚBLICA E A PROTEÇÃO DE BENS E INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	60	Interesses Difusos e Segurança Pública: Ambiente, Patrimônio Histórico e Consumidor	60
Complementar	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA SEGURANÇA PÚBLICA	120	Gestão da Informação e do Conhecimento na Segurança Pública	60
			Análise de Dados e Segurança Pública	60
Complementar	QUESTÕES EMERGENTES EM SEGURANÇA PÚBLICA	120	Terrorismo, Narcotráfico, Organizações Criminosas e Crimes Digitais	120

2.3.2 Certificações Estruturantes

a. Criminalística e Técnicas de Investigação (60h)

Competências

Dominar conceitos, objetivos e técnicas de criminalística e investigação criminal.

Conhecer e aplicar os passos do inquérito policial e atuar em ações integradas na área da Segurança Pública.

Conteúdos

Criminalística e suas características. Metodologia de redação de laudos periciais. Investigação criminal: conceitos e técnicas. Limites da investigação criminal. Tendências atuais da investigação criminal. Sobre as provas: material e subjetiva, seu contexto legal e procedimental. Local do crime: definição, técnicas, procedimentos e protocolos.

Unidades de Aprendizagem

Criminalística e Investigação Criminal (60h)

Ementa: Criminalística. Conceitos. Perícias. Locais de crime. Metodologia de redação de laudos periciais. Modelos de laudos periciais. Investigação Criminal. Conceito e histórico da polícia. Conceito de investigação criminal. Conceito de Prova. Evolução histórica da prova criminal. Inquérito policial. Técnicas de investigação criminal.

b. Fundamentos da Segurança e Gestão Pública (180h)

Competências

Aplicar a visão sistêmica e integrada em práticas que envolvem a gestão e o sistema de segurança pública, atuando na promoção da paz social e na construção da cidadania sob os princípios do Estado Democrático de Direito. Dominar e utilizar ferramentas e instrumentos para realizar ações no âmbito da gestão pública e desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao atendimento do cidadão.

Conteúdos

Sistema nacional de segurança pública e sistema de justiça criminal. Análise e funcionamento do sistema penitenciário. Estrutura organizacional e funcional da segurança pública. Atribuições das instituições de segurança pública e Legislação básica da segurança pública. Relações entre segurança pública e o sistema de justiça criminal.

Funções de preservação do Estado Democrático de Direito e a segurança pública. Desafios à segurança pública local e global e modalidades de controle e pacificação social. Fundamentos da gestão pública nas instituições de segurança pública e desafios à segurança pública local e global. Estado e governo: relações e funções na administração pública. Serviços públicos e políticas públicas integradas na segurança pública. Aspectos conceituais, fatores culturais, políticos e históricos da gestão pública. Estrutura da gestão pública e modelos de gestão. Atividades administrativas: Planejamento e instrumentos da gestão no setor público. Acompanhamento, avaliação e controle de resultados nas instituições de segurança pública. Gestão por resultados nas instituições de segurança pública e no sistema penitenciário. Campo e cenário atual da criminologia. Causas da criminalidade, normas e métodos de ressocialização. Análise biológica e social do crime e do criminoso.

Unidades de Aprendizagem

Introdução ao Estudo da Segurança Pública (60h)

Ementa: Evolução histórica da segurança pública. Ideologias da segurança pública. Sistema nacional de segurança pública: formal e informal. Legislação básica da segurança pública. Órgãos de segurança pública. Integração dos órgãos de segurança pública.

Administração Pública Gerencial (60h)

Ementa: Introdução aos fundamentos da gestão pública. Aspectos históricos da administração pública brasileira. Fundamentos gerenciais. Planejamento do setor público. Estrutura da administração pública. Atividades administrativas. Fundamentos da modernização do setor público. Controle da administração pública. Orçamento público. Gestão por resultados. Políticas públicas integradas.

Ciência Criminal (60h)

Ementa: Campo da criminologia. Cena atual da Criminologia. Causas da criminalidade. Análise do sistema penitenciário. Formas e métodos de ressocialização. Personalidade do delinquente. Análise biológica e social do crime e do criminoso. Vitimologia. Modalidades de controle e pacificação social. O sistema de justiça criminal. Modelos de processo penal. Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e advogados.

c. Políticas Públicas e Segurança Cidadã (120h)

Competências

Aplicar uma visão pluridisciplinar dos direitos humanos, das crianças, adolescentes, grupos vulneráveis e minorias e percebê-los no contexto das ações e políticas públicas no Brasil, considerando a diversidade dos grupos, suas qualidades e vulnerabilidades.

Atuar na mediação e defesa dos direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, sociais, da nacionalidade e políticos, das garantias fundamentais como pressuposto de um Estado Democrático de Direito.

Conteúdos

Noções gerais dos direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, sociais, da nacionalidade e políticos. Direitos e garantias fundamentais como pressuposto de um Estado Democrático de Direito. Direitos humanos no Brasil e os Direitos Fundamentais e atuação do Estado. As políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Atendimento e proteção de grupos vulneráveis: movimentos sociais, tráfico de pessoas, mulheres, idosos, população de rua, pessoas com deficiência física ou sofrimento mental, comunidade LGBTQTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Atendimento, proteção e defesa das minorias étnicas, linguísticas e religiosas: quilombolas, índios, ciganos. A violência e a exclusão social e os programas nacionais e estaduais de proteção e defesa. Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais. O profissional de segurança pública frente às diversidades dos direitos dos grupos vulneráveis.

Unidades de Aprendizagem

Direitos da Criança e do Adolescente, Idosos e Grupos Vulneráveis e Minorias Étnicas (120h)

Ementa: As políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Políticas públicas e atendimento a grupos vulneráveis: movimentos sociais, tráfico de pessoas, mulheres, idosos, população de rua, pessoas com deficiência física ou sofrimento mental, comunidade LGBTQ. Atendimento e proteção às minorias étnicas, linguísticas e religiosas: quilombolas, índios, ciganos. A violência e a exclusão social. Atividade de Extensão.

d. Gestão Estratégica na Segurança Pública (120h)

Competências

Conhecer e dominar técnicas, ferramentas e procedimentos de gestão e planejar operações estratégicas para a tomada de decisões com informações que permitam o desencadeamento de ações eficazes.

Conteúdos

Gestão estratégica: conceitos, princípios e diretrizes organizacionais na segurança pública.

Gestão estratégica de pessoal, financeira e orçamentária. Avaliação das demandas de um projeto, viabilidade econômica e sustentabilidade financeira, controle estratégico na segurança pública para a eficiência na gestão estratégica. Infraestrutura organizacional e social. Ambiente da organização: diagnóstico e planejamento estratégico. Pressupostos éticos, legais e de transparência na gestão estratégica na segurança pública. Princípios e características da gestão por projetos. Elementos para preparação do projeto: etapas. Planejamento do projeto: função do diagnóstico nas instituições de segurança pública. Elaboração do Projeto. O gerenciamento, a execução, controle e encerramento do projeto. Análise de dados e dos resultados da execução do projeto. A organização como sistema social. O exercício da cidadania e a segurança pública. Diagnóstico da segurança pública. O Município e a segurança pública.

Unidades de Aprendizagem

Gestão Estratégica na Segurança Pública (60h)

Ementa: Gestão estratégica. Planejamento estratégico na segurança pública. Organização estratégica na segurança pública. Direção estratégica na segurança pública. Controle estratégico na segurança pública. A organização como sistema social. O exercício da cidadania e a segurança pública. Um diagnóstico da segurança pública. O município e a segurança pública.

Elaboração e Análise de Projetos (60h)

Ementa: O projeto e o processo de planejamento. Técnicas de elaboração de projetos. Análise de mercado. Engenharia do projeto. Tamanho do projeto. A localização do projeto. Os investimentos e os financiamentos. Receitas e despesas. Análise da viabilidade econômica, financeira, de gestão, humana, tecnológica e material do projeto.

e. Gestão Integrada e Segurança Pública para Prevenção e Repressão à Violência (60h)

Competências

Dominar os fundamentos da gestão integrada em segurança pública. Gerenciar e monitorar a prevenção e repressão à violência a partir das modernas técnicas e uso das informações disponíveis.

Conteúdos

Segurança bancária e de transportes de valores: perspectivas e modos de atuação. Prevenção e repressão ao roubo de cargas. Prevenção e repressão à criminalidade urbana e rural. Proteção de autoridades e de dignitários.

Unidades de Aprendizagem

Gestão da Prevenção e Repressão à Violência (60h)

Ementa: Segurança bancária e de transporte de valores. Prevenção e repressão ao roubo de cargas. Segurança de autoridades e dignitários. Prevenção e repressão à criminalidade, urbana e rural.

f. Segurança Pública e Mobilização Comunitária (120h)

Competências

Atuar como agente de segurança pró-ativo e dominar estratégias de relacionamento e diálogo com a comunidade para a preservação da ordem pública. Criar e utilizar estratégias para atuar em equipe com outros órgãos e sistemas de segurança em políticas socioeducacionais e de saúde, no auxílio à prevenção e salvaguarda à vida.

Conteúdos

Polícia comunitária: principais características, filosofia e conceitos. Polícia comunitária como estratégia de preservação da ordem pública. Modelos de polícia comunitária. Metodologia orientada à solução do problema sob a filosofia da polícia comunitária. Conselhos comunitários e segurança pública. Gestão de segurança sob uma visão sistema e integrada. Tóxicos: espécies e seus usos, política e legislação brasileira sobre drogas. Marco legal e institucional sobre substâncias psicoativas no Brasil. As drogas e reflexos na violência social. Drogas, família e escola: análise dessa relação. Favelização, governabilidade e tráfico. Mecanismos de controle ao tráfico e uso drogas na sociedade. Controle social e políticas públicas de prevenção e programas de acompanhamento e reinserção social.

Unidades de Aprendizagem

Toxicologia e Segurança Pública (60h)

Ementa: Tóxicos: espécies e seus usos. Drogas e reflexos na violência social. Drogas e família. Favelização, governabilidade e tráfico. Narcotráfico: ameaça e governos.

Polícia Comunitária e Segurança Pública (60h)

Ementa: Escolas e modelos de polícia. A polícia contemporânea e suas características. Fases política, profissional e comunitária da polícia. Conceito e definição de polícia comunitária. Princípios de polícia comunitária. Organização e funcionamento da polícia comunitária. Conselho Comunitário de segurança e sua razão de ser. Construção da Segurança num Estado Democrático de Direito. A cláusula de não discriminação. Polícia Comunitária Comparada.

g. Gerenciamento e Mediação de Conflitos e Eventos Críticos (120h)

Competências

Identificar métodos, técnicas e ferramentas adequadas para avaliar, mediar situações de conflitos e eventos críticos e aplicá-los no processo de gerenciamento da intervenção, negociação e decisão para solução do evento.

Conteúdos

Conflito e tipo de conflito. Estilo e manejo de conflitos. Legalidade funcional no gerenciamento e na negociação dos conflitos e crises. O mediador: ética e gerenciamento.

Mediação em contextos de violência. O surgimento da crise: exemplos e posturas. Processos de intervenção e processos de resolução de problemas aplicados a conflitos e evento. Conceitos básicos de gerenciamento de crises. Eventos críticos e negociação.

Os órgãos de segurança pública e o gerenciamento de conflitos e eventos críticos. Alternativas táticas e operacionais para a resolução de conflitos e eventos críticos.

Psicologia: definição e objeto. Constituição social do sujeito. Normalidade, patologia e desvio. Violência, criminalidade e toxicomania. A interface psicologia e direito.

Unidades de Aprendizagem

Gestão de Conflitos e Eventos Críticos (60h)

Ementa: Conceitos básicos de gerenciamento de crises. Os órgãos de segurança pública e o gerenciamento de conflitos e eventos críticos. Alternativas táticas e operacionais para a resolução de conflitos e eventos críticos. Tecnologias e formas de intervenção/resolução de conflitos.

Psicologia nas Instituições Jurídicas (60h)

Ementa: Psicologia: definição e objeto. Constituição social do sujeito. Normalidade, patologia e desvio. Violência, criminalidade e toxicomania. A interface psicologia e direito.

h. Atividades de Inteligência e Segurança (60h)

Competências

Identificar os principais conceitos e definições da atividade de inteligência e contrainteligência praticada no Brasil, à luz da legislação vigente no Estado Democrático de Direito e dominar técnicas de levantamento, análise e proteção de dados e informações.

Conteúdos

Inteligência e contrainteligência: história, definições e princípios básicos. Sistemas e subsistemas de inteligência. Documentos e legislação de inteligência. Inteligência e contrainteligência nas organizações policiais. Segurança da informação: uma visão macro de projeto. As agências de inteligência. A inteligência no campo da segurança pública. Inteligência e contrainteligência nas organizações policiais.

Unidades de Aprendizagem

Inteligência e Segurança Pública (60h)

Ementa: Sistemas de informação dos Órgãos de Segurança Pública. Proteção de conhecimentos estratégicos. Sigilo das informações. Papel da informação nas organizações policiais. Informação: fontes, tipos, valor, fluxo, organização e uso. Controle e gerenciamento das informações. Inteligência institucional. Conceitos e princípios básicos. As agências de inteligência. A inteligência no campo da segurança pública. A informação no processo decisório e no planejamento operacional e organizacional.

i. Direitos Humanos e Cidadania (60h)

Competências

Analisar e aplicar os direitos humanos como fundamento para a defesa e a promoção da cidadania de todos os cidadãos, e a cidadania como exercício contínuo e em construção, em prol de si e da harmonia social.

Conteúdos

História social e conceitual dos direitos humanos e fundamentos históricos e filosóficos. Mecanismos de proteção internacionais e nacionais dos direitos humanos. Fontes, sistemas e normas de direitos humanos na aplicação da lei: sistema universal (ONU), sistemas regionais de direitos humanos. O Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (OEA). As dimensões jurídicas, ético-filosófica, histórica, cultural, econômica, psicológica e político-institucional dos direitos humanos. Direitos dos grupos vulneráveis. Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa. Princípios constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o cidadão sócio e politicamente responsável.

Unidades de Aprendizagem

Direitos Humanos e Cidadania (60h)

Ementa: Cidadania. Direitos Humanos. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Ética aplicada. Fundamentos filosóficos e políticos dos direitos humanos. Abordagens histórico-culturais dos direitos humanos. As declarações internacionais. Direitos humanos e a Constituição Brasileira de 1988. Direitos humanos no Brasil: atualidade e desafios. Direitos humanos e hermenêutica.

j. Fundamentos do Conhecimento Jurídico Aplicado à Segurança Pública (120h)

Competências

Compreender a estrutura e os fundamentos do direito constitucional, administrativo, do processo e do direito penal, relacionando-os com as práticas desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e privada. Identificar os dispositivos jurídicos do direito administrativo, penal e constitucional e aplicá-los em situações que emergem no cotidiano da gestão de segurança pública. Atuar em estrita consonância com a legalidade e o Estado Democrático de Direito.

Conteúdos

Noções de Direito Constitucional, Penal e Direito Administrativo. Estado Democrático de Direito e controle constitucional e processo legislativo brasileiro. Direitos Internacional e Brasileiro. Contratos e licitações na administração pública. Direito penal e inter-relações com a criminologia e política criminal. Noções elementares e princípios do processo penal.

A persecução penal no Direito Processual Penal Brasileiro. Prisão e liberdade provisória no Estado Democrático de Direito em face dos princípios e garantias aplicáveis ao processo penal. Atos de comunicação processual, sentença, Habeas Corpus e processos em espécie. Lei de execução penal e direitos e deveres dos presos. Noções introdutórias sobre o direito penal. Teoria da norma penal. Teoria do crime. Jurisprudência sobre a norma penal e crime. Atos infracionais. Direito penitenciário. Direito penitenciário no âmbito internacional.

Unidades de Aprendizagem

Noções de Direito Penal, Constitucional e Administrativo (60h)

Ementa: Princípios constitucionais relacionados às atividades da segurança pública. Direitos e garantias fundamentais. Direito penal e inter-relações com a criminologia e política criminal. Poderes administrativos. Atos administrativos inerentes à segurança pública e princípios informadores.

Noções de Direito Processual Penal (60h)

Ementa: Princípios gerais do direito processual. Noções introdutórias de processo. Lei de Execuções Penais. Prisão e liberdade provisória. Atos de comunicação processual. Sentença. Habeas Corpus. Processos em espécie. Direitos e Deveres dos reclusos no direito internacional e pátrio.

2.3.3 Certificações Complementares

a. Comunicação, Linguagem e Formação Técnica em Redação Oficial (60h)

Competências

Aplicar as normas e elementos técnicos para redação especializada de instrumentos e documentos oficiais utilizados pelo profissional da segurança pública no contexto da sua atuação.

Conteúdos

Linguagem e regras comunicação pública. Tipologia textual e regras para construção de texto e relatórios e documentos de uso oficial. Produção textual técnica e especializada no âmbito da atuação do profissional de segurança Pública. Padrão oficial da Língua Portuguesa e aplicação em contextos de redação e comunicação oficial. Normas e elementos técnicos na redação de instrumentos: normativas, laudos, comunicações, pareceres e relatórios para a área pública.

Unidades de Aprendizagem

Língua Portuguesa e Redação Oficial (60h)

Ementa: Linguagem e regras de comunicação pública. Construção do texto. Tipologia textual. Produção textual técnica e especializada. Padrão Oficial. Normas e elementos técnicos na redação de instrumentos: termos circunstanciados, normativas, laudos, comunicações, pareceres e relatórios para a área pública.

b. Suporte da Vida (60h)

Competências

Aplicar os protocolos, técnicas e procedimentos de primeiros socorros e de suporte básico de vida em situações de emergência ou urgência.

Conteúdos

Sistema de Assistência às Emergências em Saúde (SAES), atendimento pré-hospitalar e cadeia de sobrevivência. Características, responsabilidades e atividades do socorrista.

Isolamento de Substâncias Corpóreas (ISC) e Precauções Universais. Etapas de avaliação da vítima. Sinais vitais e diagnósticos no suporte da vida. Obstrução das vias aéreas. Reanimação cardiopulmonar no adulto e na pediatria. Abordagem inicial à vítima de hemorragia e choque hipovolêmico. Acidentes por exaustão térmica; câibras; colapso; hipotermia. Acidentes por queimaduras. Acidentes por afogamento. Atendimento inicial às Emergências Clínicas. Acidente vascular encefálico, hipoglicemia, síndromes coronarianas agudas, crise convulsiva e desmaio. Acidentes com animais peçonhentos. Atendimento básico à vítima do trauma. Trauma de extremidades. Técnicas de imobilizações de extremidades. Técnicas de movimentação e posicionamento da vítima do trauma. Atendimento do socorrista na emergência de indivíduos com alterações de comportamento. Acidentes com múltiplas vítimas (AMV), processo de triagem.

Unidades de Aprendizagem

Suporte Básico da Vida (60h)

Ementa: Padrões éticos e legais no atendimento dos primeiros socorros. Atribuições do socorrista. Etapas de avaliação da vítima. Sinais vitais e/ou diagnósticos das vítimas. Cuidados no diagnóstico e nas etapas de avaliação.

c. Análise e Gestão de Cenários de Risco (60h)

Competências

Avaliar cenários de riscos e intervir estrategicamente com base nos procedimentos integrados de análise e tomada de decisão em situações ou fenômenos problemáticos multidimensionados.

Conteúdos

Conceitos de risco, eventos adversos, perigo e gerenciamento de risco. Características dos processos de gerenciamento e classificação de cenários. Métodos de percepção, análise e ação. Processos de intervenção e de resolução de problemas aplicados aos eventos de risco, perigo e de eventos adversos. Medidas de prevenção e antecipação de riscos.

Unidades de Aprendizagem

Análise e Gestão de Risco (60h)

Ementa: Risco. Eventos adversos. Perigo. Gerenciamento de risco. Métodos de percepção e análise. Processos de intervenção. Resolução de problemas em eventos e cenários de risco. Perigo em eventos adversos. Antecipação e Prevenção.

d. Tecnologias e Segurança Pública (60h)

Competências

Conhecer e dominar os sistemas de comunicação e a tecnologia para operar com eficiência o sistema informatizado, os equipamentos e as ferramentas que servem ao levantamento, análise e proteção de dados e informações.

Conteúdos

Conceitos, história das Tecnologias e o emprego na instituição como: sistema de atendimento e despacho, sistema de rastreamento de viaturas, sistemas para verificação de veículos e pessoas. Pronúncia das palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do Código Q. Disciplina na rede rádio, conhecimentos básicos sobre aparelhos de rádio utilizados na instituição. Telecomunicações: prática de utilização de rádio. Boletim de Ocorrência do Centro de Operações. Processo informatizado: redes e intranet. Sistemas de controle e identificação civil e monitoramento eletrônico. Tecnologias em armamentos. Sistemas de Informação Geográfica - SIG.

Unidades de Aprendizagem

Tecnologias Aplicadas à Segurança Pública (60h)

Ementa: Tecnologias da informação e da comunicação (TIC's). Uso de tecnologias para a segurança pública. Segurança nos Sistemas e nas Rotinas de Serviços. Plataformas de Suporte à Segurança - hardware e software. Redes e Sistemas. Equipamentos e sistemas de segurança em áreas públicas e privadas. Sistemas de Controle e Monitoramento eletrônico. Tecnologias em Armamentos.

e. Questões Emergentes em Segurança Pública (120h)

Competências

Atuar na perspectiva sistêmica no âmbito dos fatores geradores de violência e criminalidade, com ações de prevenção e repressão para proteção da vida, defesa e segurança.

Conteúdos

Terrorismo: conceitos, classificações e formas de manifestações. Terrorismo pelo mundo. Terrorismo e organizações criminosas. Organizações criminosas e modos de atuação. Narcotráfico e seu funcionamento. O traficante suas formas de atuação. Narcotráfico como fator gerador de violência e criminalidade. Crimes digitais: sociedade digital, legislação e segurança e privacidade. Crimes da internet, tipos e suas características (pedofilia, assédio, plágio, fraudes, pirataria criação e disseminação de vírus e outros). Cibercriminosos e seus modos de atuação.

Unidades de Aprendizagem

Terrorismo, Narcotráfico, Organizações Criminosas e Crimes Digitais (120h)

Ementa: Terrorismo e suas classificações. Ações terroristas. Terrorismo de organizações criminosas. Narcotráfico. Organizações criminosas. Crimes digitais: tipos e características. Cibercriminosos, perfil e modos de atuação. Legislação e segurança digital.

f. Gestão da Informação e do Conhecimento na Segurança Pública (120h)

Competências

Atuar na coleta e análise de dados e na gestão da informação e do conhecimento, compreendendo o funcionamento dos diferentes sistemas, dominando tecnologias, técnicas e ferramentas para planejar operações estratégicas e encaminhar soluções.

Conteúdos

A informação, o conhecimento e os modelos de gestão voltados à área de segurança. Os sistemas de informação e suas características. As tecnologias da informação: Tipos, modalidades e tendências em sistemas de informação. Os papéis estratégicos dos sistemas de informação na relação com o agente e operador de segurança. Segurança e ética em sistemas de informação. Os dados nos sistemas informatizados e as atividades operacionais. Análise estatística em Segurança Pública. Sistemas de Informação Geográfica e suas potencialidades. Operacionalizando a análise de dados com suporte das tecnologias. Ações estratégicas do agente de segurança nas operações de segurança e de proteção.

Unidades de Aprendizagem

Gestão da Informação e do Conhecimento na Segurança Pública (60h)

Ementa: Dado, informação e conhecimento. A organização como um sistema. Gestão estratégica da informação. Fundamentos e classificação dos sistemas de informação e tomada de decisão. Tipos de sistemas de informação. Fundamentos da informação. Vantagem competitiva e informação. Tendências de novas tecnologias da informação.

Análise de Dados e Segurança Pública (60h)

Ementa: Tipos de dados. Fontes. Coleta de dados e informação. Conceitos introdutórios de estatística: medidas de tendência central, medidas de variabilidade, noções de correlação e regressão linear. Análise estatística e descritiva. Sistemas de Informação Geográfica. Operacionalização da análise de dados.

g. Segurança Pública e a Proteção de Bens e Interesses Difusos e Coletivos (60h)

Competências

Aplicar os fundamentos, normas e princípios dos direitos e interesses difusos e coletivos, com destaque à proteção do meio ambiente, direito do consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, propiciando interfaces com a responsabilidade da ordem e proteção.

Conteúdos

Noções de Interesses difusos e coletivos. Instrumentos norteadores do Direito Ambiental. A proteção ao meio ambiente na Constituição Federal. Poder de polícia ambiental e as espécies de responsabilidade jurídica do meio ambiente, sob a ótica da legislação. Medidas de proteção ao meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos. Direitos do consumidor e modalidades de ação de defesa. Ordem urbanística. Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Ordem econômica. O profissional de segurança pública na defesa dos interesses difusos e coletivos.

Unidades de Aprendizagem

Interesses Difusos e Segurança Pública: Ambiente, Patrimônio Histórico e Consumidor (60h)

Ementa: Noções de interesses difusos e coletivos. Meio ambiente. Consumidor. Ordem urbanística. Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Ordem econômica. A segurança pública e os interesses difusos e coletivos.

2.3.4 Certificações Eletivas

É composta por unidades de aprendizagem (UA) (antes denominadas de disciplinas) de livre escolha dos acadêmicos dentre àquelas ofertadas pela Universidade, destinando-se à complementação de sua formação em áreas que são necessários conhecimentos adicionais.

Para o “Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública” esta prevista a necessidade de realização de somente 01 (uma) Certificação Eletiva com 60 horas (sessenta), ou seja, uma Certificação que possua uma UA (Unidade de Aprendizagem) com 60 h/a.

Ao realizares sua matrícula, terás, no tópico reservado a “Certificação Eletiva”, a oportunidade de escolher uma (01) dentre as várias oferecidas pela Universidade. Escolha àquela que melhor possa atender seu desejo de formação, ficando sempre atento para selecionar uma Certificação que possua 60 h/a, a menos que deseje realizar uma com maior número de horas.

Como exemplos de “Certificações Eletivas” com 60 h/a, que possuem forte relação com o Curso de Segurança Pública e que poderão ser cursadas, mencionamos as seguintes:

- “Técnicas para a fiscalização de trânsito”;
- “Gestão de Recursos Humanos”;
- “Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais - Libras”.

Caso ainda tenhas mais dúvidas, entre novamente em contato, pois é sempre um prazer lhe atender.

2.4 Ciclo de Formação e Oferta

Sem.	Unidade de Aprendizagem	CH	Pré-Req.	Estrut Curr.	Base de Notas
1	02285 – Administração Pública Gerencial	60		CET	6,0
1	02286 – Ciência Criminal	60		CET	6,0
1	02292 – Direitos da Criança e do Adolescente, Idosos e Grupos Vulneráveis e Minorias Étnicas	120		CET	6,0
1	02337 – Direitos Humanos e Cidadania	60		CET	6,0
1	02276 – Introdução à Segurança Pública	60		CET	6,0
1	01750 – Língua Portuguesa e Redação Oficial	60		CCO	6,0

continua ...

Sem.	Unidade de Aprendizagem	CH	Pré-Req.	Estrut Curr.	Base de Notas
2	02356 – Gestão da Informação e do Conhecimento na Segurança Pública	60		CCO	6,0
2	02321 – Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	60		CET	6,0
2	02487 – Noções de Direito Penal, Constitucional e Administrativo	60		CET	6,0
2	02323 – Psicologia nas Instituições Jurídicas	60		CET	6,0
2	01075 – Suporte Básico da Vida	60		CCO	6,0
2	02341 – Tecnologias Aplicadas à Segurança Pública	60		CCO	6,0
3	02358 – Análise de Dados e Segurança Pública	60		CCO	6,0
3	02271 – Criminalística e Investigação Criminal	60		CET	6,0
3	02305 – Gestão da Prevenção e Repressão à Violência	60		CET	6,0
3	02329 – Inteligência e Segurança Pública	60		CET	6,0
3	03384 – Noções de Direito Processual Penal	60		CET	6,0
3	02342 – Terrorismo, Narcotráfico, Organizações Criminosas e Crimes Digitais	120		CCO	6,0
4	02319 – Análise e Gestão de Risco	60		CCO	6,0
4	02301 – Elaboração e Análise de Projetos	60		CET	6,0
4	02299 – Gestão Estratégica na Segurança Pública	60		CET	6,0
4	03191 – Interesses Difusos e Segurança Pública: Ambiente, Patrimônio Histórico e Consumidor	60		CCO	6,0
4	02318 – Polícia Comunitária e Segurança Pública	60		CET	6,0
4	02314 – Toxicologia e Segurança Pública	60		CET	6,0
	Certificação Eletiva	60		CEL	

Legenda:

CET – Certificação Estruturante
 CCO – Certificação Complementar
 CEL – Certificação Eletiva

3. Avaliação

3.1 Processo de Avaliação

As avaliações serão realizadas mediante instrumentos diversificados – que não venham a exigir somente a memorização dos conteúdos, mas, principalmente, a reflexão e a interpretação –, de forma presencial e por meio de atividades de avaliação a distância.

3.2 Sistema de Avaliação

A avaliação na unidade de aprendizagem será verificada por meio do desempenho progressivo frente aos objetivos propostos no plano de ensino, e contabilizada por meio das seguintes atividades obrigatórias:

- Avaliações a Distância (AD): são disponibilizadas no Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem (EVA). É fundamental observar os prazos de entrega propostos no cronograma do EVA.
- Avaliação Presencial (AP): será realizada na data prevista no calendário acadêmico, de forma presencial, no polo escolhido pelo aluno. Esta avaliação, obrigatoriamente, é por escrito e engloba os materiais didáticos da unidade de aprendizagem.

Para se obter a avaliação da unidade de aprendizagem, será utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{Avaliação da unidade de aprendizagem} = \frac{(3,5 \times \text{média de AD}) + (6,5 \times \text{AP})}{10} \geq 7,0$$

Será aprovado de forma direta, portanto, o aluno que obtiver aproveitamento igual ou superior a sete (7.0), numa escala de zero a dez (0 a 10), resultante do processo de avaliação desenvolvido durante a unidade de aprendizagem.

O aluno que não obtiver, na avaliação da unidade de aprendizagem, nota igual ou superior a sete (7.0), prevista no parágrafo anterior, terá que ser submetido a uma “avaliação final” presencial. A data desta avaliação também está prevista no calendário acadêmico.

Nesse caso, o aluno terá que alcançar no “resultado final” um aproveitamento superior a seis (6.0). Para se obter a média do resultado final, será usada a seguinte fórmula:

$$\text{Resultado final} = \frac{\text{Avaliação da unidade de aprendizagem} + \text{Avaliação final}}{2} \geq 6,0$$

Nossos Contatos

Qualquer dúvida, estamos a disposição nos seguintes canais:

E-mail: atendimento@escolhaunisulvirtual.com.br

Fone: 4004-0435 – Ramal 3340 (custo de ligação local)

Polo Presencial (localize o seu): <http://escolhaunisulvirtual.com.br/polos/>

Página do curso: <http://escolhaunisulvirtual.com.br/graduacao/superiores-de-tecnologia/seguranca-publica/>